



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS
Procuradoria Jurídica

Parecer nº 029/2022

Projeto de Lei Ordinária nº 105/2022. Que “Obriga o Poder Executivo a divulgar, em tempo real, as despesas e receitas do Governo Municipal por meio de aplicativo celular”. Constitucionalidade. Análise de viabilidade técnica. Entrada em vigor.

Trata-se de solicitação de parecer formulada pela Comissão de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Assistência Social, fls. 06, datada de 24/05/2022, acerca do Projeto de Lei Ordinária nº 105/2022. Que “Obriga o Poder Executivo a divulgar, em tempo real, as despesas e receitas do Governo Municipal por meio de aplicativo celular”. Recebida a solicitação de parecer em 26/05/2022. Autuado e rubricado até fls. 06.

Em linhas gerais, o PL dispõe pela disponibilização em tempo real, via aplicativo de celular, da divulgação das despesas do Poder Executivo Municipal, prezando pela publicidade, princípio da Administração Pública insculpido na Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] (grifo nosso)

Ainda, a título ilustrativo, a Lei nº 9.784/1999:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Procuradoria Jurídica

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

Sobre o tema, vale colacionar julgado exarado pelo Supremo Tribunal Federal:

ADI: divulgação de obras públicas e princípio da publicidade. O Plenário julgou improcedente pedido formulado em ação direta ajuizada em face da Lei 11.521/2000 do Estado Rio Grande do Sul, a qual obriga o Poder Executivo do referido Estado-membro a divulgar na imprensa oficial e na internet a relação completa de obras atinentes a rodovias, portos e aeroportos. A Corte apontou não se verificar a existência de vício formal ou material na edição da norma em comento, visto que editada em atenção aos princípios da publicidade e da transparência, a viabilizar a fiscalização das contas públicas. ADI 2444/RS, rel. Min. Dias Toffoli, 6.11.2014. (ADI-2444) [grifo nosso]

Na mesma linha, já foi decidido pelo TJ/RS:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO. LEI 2.976/2016. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA. DIVULGAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL. 1. A Lei 2.976/2016, que "dispõe sobre a determinação da divulgação da capacidade de atendimento, lista nominal das vagas atendidas, total de vagas disponíveis, e a lista de espera das vagas para a Educação Infantil no Município, e dá outras providências", conquanto deflagrada por iniciativa da Câmara Municipal, não conduz a vício de natureza formal do diploma em tela. 2. Diploma legal que não disciplina o conteúdo, a forma de prestação ou as



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Procuradoria Jurídica

atribuições próprias do serviço público municipal relativo à educação infantil, cingindo-se a especificar a obrigação de divulgação e publicidade de informações acerca da capacidade de atendimento, vagas preenchidas e a preencher e critérios de classificação, cuja imperatividade já decorre do próprio mandamento constitucional constante do art. 37, caput, da CRFB. 3. Interpretação dos art. 60, inc. II, alínea "d", e 82, inc. III e VII da Constituição Estadual que deve pautar-se pelo princípio da unidade da Constituição, viabilizando-se a concretização do direito fundamental à boa administração pública, em especial aquela que se refere ao amplo acesso à educação pública infantil. 4. Necessidade de se evitar - quando não evidente a invasão de competência - o engessamento das funções do Poder Legislativo, o que equivaleria a desprestigiar suas atribuições constitucionais, de elevado relevo institucional no Estado de Direito. 5. Constitucionalidade da norma que se reconhece. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70072679236, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Paula Dalbosco, Julgado em: 24-07-2017) [grifo nosso]

Na sequência, cabe referir o Tema 917 do STF, cuja tese foi fixada em sede de Repercussão Geral, publicação que se deu em 30/09/2016:

*"Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, **embora crie despesa para a Administração**, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)." [grifo nosso]*



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Procuradoria Jurídica

Pela conjugação dos fundamentos acima, é possível constatar não haver óbice de iniciativa, já que se trata de matéria atinente à publicidade, assim como, também, superado, *in casu*, questão relativa ao aumento de despesa, consoante exposto no Tema 917 do STF.

Entretanto, cabem algumas ponderações, precipuamente de ordem prática. Inicialmente, caso aprovada, o prazo de entrada em vigor da lei¹, pois, obviamente, o comando da lei remete à publicidade de informações para aplicativo de telefone celular, algo que demanda certo prazo de operacionalização, quiçá processo licitatório. Ademais, é importante frisar a existência de outras ferramentas postas à disposição da sociedade, como, por exemplo, o Portal da Transparência, cujo objetivo é veicular dados e informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município.

Por fim, caso o entendimento seja pela tramitação, em atenção ao princípio da simetria, que seja analisada a possibilidade de alcance a toda municipalidade, considerando, inclusive, o art. 2º, I, “a”, do PL, que está em contradição com o caput do art. 1º (que refere apenas o Poder Executivo).

Assim, o parecer, s.m.j., de caráter opinativo^{2 3}, é pela constitucionalidade do PL nº 105/2022.

Em que pese desnecessário explicitar, registre-se que o presente parecer não exime as Comissões pertinentes da respectiva análise do PL.

Sant'Ana do Livramento, 31 de maio de 2022.


Christiano Fagundes da Silva

Procurador Jurídico

¹ Data de publicação.

² O parecerista, como ensina a lição de Celso Antonio Bandeira de Mello, não pratica ato administrativo, “sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa.” (Prerrogativas da Advocacia Pública. Coordenador Luiz Henrique Sormani Barbugiani. Editora Fórum. Belo Horizonte. 2016. pág. 109).

³ STF. MS 24073.